

POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: LIMITES DA EXPANSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA (2017-2024)

Thaís Cardozo de Souza- Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu/FAED/UFMS)

thais.souza@ufms.br

Carina Elisabetth Maciel - Professora Doutora, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu/FAED/UFMS)

carina.maciell@ufms.br

1. Introdução

A expansão da educação superior no Brasil, intensificada nas últimas décadas, tem sido marcada por políticas voltadas à ampliação do acesso, com destaque para a expansão das universidades públicas, a interiorização e a diversificação das formas de ingresso. Contudo, esse movimento não se efetiva de maneira homogênea no que se refere à permanência estudantil, evidenciando limites estruturais das políticas educacionais. O fenômeno da expansão, quando dissociado de condições materiais de subsistência, configura uma permanência fragilizada, na qual o acesso formal não se converte, necessariamente, em conclusão.

No interior desse processo a permanência na educação superior assume centralidade, especialmente em cursos de licenciatura, como o de Pedagogia, que historicamente concentram estudantes oriundos das classes trabalhadoras, para os quais a universidade se configura como um espaço de tensão entre a formação acadêmica e necessidades de sobrevivência. Nesses casos, o acesso não garante, por si só, a continuidade da formação em condições adequadas.

No campo teórico da educação superior, a permanência tem sido abordada a partir de diferentes perspectivas. Tinto (1993) enfatiza a integração acadêmica e social como elemento central para a permanência, enquanto Coulon (2008) destaca o processo de afiliação ao universo universitário. Tais abordagens, embora relevantes, apresentam limites ao não incorporarem, de forma central, as determinações sociais mais amplas que incidem sobre a formação.

Diante desse cenário, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: em que medida a expansão do acesso na educação superior tem sido acompanhada por condições efetivas de permanência estudantil, particularmente no curso de Pedagogia?

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, a permanência estudantil, é compreendida como um fenômeno socialmente determinado, vinculado às condições materiais de existência e às mediações institucionais. Assim, este estudo objetiva analisar as políticas de acesso e permanência na educação superior, a partir dos dados do Censo da Educação Superior, no período de 2017 a 2024, com o foco no curso de Pedagogia em âmbito nacional e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A escolha do curso de Pedagogia justifica-se por sua centralidade na formação de professores e em sua expressiva participação nos indicadores de acesso e conclusão. A delimitação da UFMS articula-se a uma agenda de pesquisa mais ampla sobre permanência no curso de Pedagogia, possibilitando a análise das mediações institucionais dessas políticas

2. Metodologia

A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, considerando as categorias de totalidade, contradição e mediação (MASSON, 2007). A permanência estudantil é analisada como expressão das relações sociais mais amplas. Do ponto de vista teórico-metodológico, o método não se reduz a um conjunto de técnicas, mas constitui forma de apreensão do real em sua dinâmica contraditória.

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, com base em análise documental e dados secundários do Censo de Educação Superior (INEP), no período de 2017 a 2024. A relação entre diferentes categorias possibilita a identificação das determinações sociais, políticas e econômicas que interferem neste processo. A delimitação temporal justifica-se pela criação da Faculdade de Educação, em 2017¹, e pela disponibilidade dos dados mais recentes, 2024, disponíveis no painel interativo do Censo da Educação Superior, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o que permitiu a sistematização dos indicadores de ingressantes e concluintes a partir de recortes específicos.

Para a análise institucional, utilizou-se como filtro a UFMS, considerando os dados agregados, uma vez que o painel não permite a desagregação por campus ou modalidade de oferta, presencial ou a distância. A utilização de dados agregados

¹ O curso de Pedagogia da UFMS era ofertado, desde a década de 1980, no Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS). A Resolução nº 18/2017-COUN/UFMS promoveu a reorganização da estrutura acadêmica da instituição, culminando na criação da FAED pela Resolução nº 25, de 16 de março de 2017, unidade à qual o curso está atualmente vinculado.

fundamenta-se na categoria da totalidade, permitindo situar o curso de Pedagogia no interior do conjunto das políticas educacionais e do movimento mais amplo de expansão da educação superior, ainda que se reconheçam os limites dessa abordagem para apreensão das particularidades institucionais.

Para fins analíticos, foi utilizada a relação entre o número de ingressantes e concluintes como indicador aproximado de permanência. Ressalta-se que esse indicador não corresponde a uma taxa de permanência por coorte, mas permite evidenciar tendências gerais e contradições entre acesso e conclusão.

Tal procedimento analítico insere-se na categoria de contradição, ao evidenciar o descompasso entre a ampliação do acesso e a efetivação da conclusão, permitindo apreender o fenômeno para além de sua aparência imediata.

3. Discussão dos dados

Os dados evidenciam que, no período de 2017 a 2024, o curso de Pedagogia ocupa a primeira posição entre os cursos com o maior número de ingressantes no Brasil, totalizando 29.920.051 estudantes. No mesmo período o curso também lidera o número de concluintes, com 1.052.525 concluintes.

A centralidade do curso de pedagogia no cenário nacional revela uma mediação complexa entre a necessidade de escolarização da classe trabalhadora e a lógica de expansão da educação superior. Para esse público, o curso, frequentemente se configura como uma possibilidade de acesso com menores barreiras relativas e associadas à inserção no trabalho docente. Entretanto, essa atratividade inicial se confronta com uma contradição estrutural, evidenciada no descompasso entre a ampliação do acesso e as condições efetivas de permanência.

A relação entre esses dados permite estimar que aproximadamente 36% dos estudantes que ingressam no curso de Pedagogia concluem seus estudos no período analisado. Ainda que esse percentual não corresponda a uma taxa de permanência por coorte, por não acompanhar longitudinalmente os mesmos estudantes, constitui-se como um indicador aproximado que evidencia o descompasso estrutural entre a ampliação do acesso e a efetivação da conclusão na educação superior.

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, esse movimento que a expectativa de mobilidade social associada à educação superior é atravessada por uma contradição fundamental na qual o acesso formal não se converte, necessariamente, em

condições materiais de existência que assegurem permanência e a conclusão do curso. No caso da Pedagogia da formação docente (GATTI, 2010) e o descompasso entre as exigências curriculares e a realidade do estudante-trabalhador configuram mediações que obstaculizam a diplomação, reforçando os limites de permanência na educação superior.

No âmbito da UFMS, o curso de Pedagogia apresenta 4.031 ingressantes e 1.698 concluintes no período, o que corresponde a aproximadamente 42 %. Esse percentual, embora superior ao cenário nacional, ainda evidencia os limites na permanência estudantil.

Ao relacionar os dados nacionais e os institucionais, observa-se que, embora a UFMS apresente um percentual de conclusão superior à média nacional, a diferença não elimina a contradição estrutural entre acesso e permanência, mas reposiciona em outro patamar de análise, evidenciando que mesmo em contextos institucionais relativamente mais favorável persistem limites na efetivação da conclusão.

Esses dados devem ser interpretados à luz das políticas de acesso e permanência na educação superior. No que se refere ao acesso, destacam-se políticas de expansão da educação superior pública e a ampliação de vagas nos cursos de licenciaturas. No campo da permanência, políticas como a assistência estudantil buscam mitigar desigualdades, mas ainda se mostram insuficientes frente às condições concretas dos estudantes.

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, esses resultados expressam uma contradição expressam uma contradição fundamental: a ampliação do acesso ocorre em um contexto de permanência limitada. A permanência neste sentido, não pode ser explicada apenas pela integração acadêmica (TINTO, 1993) ou pela afiliação institucional (COULON, 2008), uma vez que está profundamente condicionada pelas desigualdades sociais.

Conforme Saviani (2008), a educação na sociedade capitalista encontra limites estruturais para sua universalização. Frigotto (2010) reforça que a expansão educacional, quando desvinculada de condições materiais adequadas, tende a produzir desigualdades. De modo semelhante, Mesáros (2008) aponta que a ampliação do acesso não garante por si só, processos formativos de caráter emancipatórios.

No campo da formação de professores, essa problemática assume contornos específicos, Gatti (2010) e Pimenta (1999) destacam que a qualidade da formação docente está diretamente relacionada às condições institucionais e à permanência dos estudantes.

Assim a permanência deve ser compreendida como um fenômeno multideterminado, que envolve políticas públicas, condições socioeconômicas e organização curricular, não podendo ser reduzida a uma dimensão exclusivamente institucional.

4. Conclusão

A análise das políticas de acesso e permanência na educação superior evidencia que a expansão do ingresso, embora significativa, não tem sido acompanhada por condições de permanência estudantil, especialmente no curso de Pedagogia, evidenciando um descompasso estrutural entre ingresso e conclusão.

A permanência estudantil, portanto, deve ser reivindicada não apenas como assistência, mas como um direito estruturante que articula o provimento material à qualidade pedagógica.

Os resultados evidenciam que, embora as políticas de acesso tenham promovido a ampliação do ingresso na educação superior, as políticas de permanência ainda não se mostram suficientes para garantir a efetivação da conclusão em condições equitativas.

No caso da UFMS, os dados indicam situação relativamente mais favorável, ainda marcada por limites estruturais. Evidenciando que, mesmo em contextos institucionais com melhor desempenho relativo, a permanência estudantil permanece condicionada por determinações mais amplas.

Nesse sentido, os dados analisados reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas de permanência estudantil, especialmente aquelas voltadas às condições materiais de existência dos estudantes, como elemento estruturante da garantia do direito à educação superior.

No campo da formação de professores, tais limites assumem maior relevância, uma vez que impactam diretamente as condições de formação e o próprio exercício do trabalho docente, evidenciando que a permanência não pode ser dissociada das condições concretas em que se realiza a formação. Para o curso de Pedagogia, compreende-se que as políticas institucionais superem a visão de sucesso acadêmico individual e enfrentem as determinações sociais que tornam a conclusão do curso um ato de resistência para a classe trabalhadora.

Os resultados indicam a necessidade de aprofundamento das análises em nível institucional, especialmente no curso de Pedagogia, no que se refere às condições concretas de permanência estudantil.

Conclui-se que a permanência estudantil deve ser compreendida como dimensão central das políticas de educação superior, exigindo ações que articulem acesso, permanência e qualidade da formação, especialmente nos cursos de licenciatura.

5. Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2024*. Brasília: INEP, 2024.

COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

MASSON, Gisele. Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. *Revista Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 105-114, jul./dez. 2007.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de professores: identidade e saberes da docência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TINTO, Vincent. *Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 18, de 17 de fevereiro de 2017. *Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: COUN/UFMS, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 25, de 16 de março de 2017. *Dispõe sobre a criação e implantação da Faculdade de Educação (Faed), na Cidade de Campo Grande, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: COUN/UFMS, 2017.